

Departamento de Licitações e Compras

Criação: Lei nº 10.739, de 16/04/1996 – DOE nº 73, de 17/04/1996

Av. Cinco Irmãos 1130 – CEP: 98118-000

Fone: 0xx55 3643 1075

Fax:0 55 3505 9680

CNPJ:04.216.132/0001-06

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2017

Processo Nº 2

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA A PATRULHA AGRICOLA (TRATOR AGRICOLA NOVO ). EDITAL NÃO EXCLUSIVO A PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS ME E EPP.

**O MUNICÍPIO DE BOA VISTA DO CADEADO/RS**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.216.132/0001-06, com Sede na Av. Cinco Irmãos Nº 1130, Centro, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, torna publico para o conhecimento dos interessados que instaurou Processo de Licitação, na Modalidade **Pregão Presencial** tipo **menor preço por item**, com a finalidade de receber propostas e documentação, com o objetivo abaixo especificado. A presente licitação reger-se-á pela Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2.002, e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações e demais condições previstas no Edital e seus anexos, no local, data e horário a seguir determinados:

O Pregão será realizado pelo Pregoeira Substituta **KATIELI DALLA COSTA**, e Comissão de Licitações, designados pela Portaria Nº 187/2016.

	Horário:	
Local- Sala de Licitações e Compras- Centro Administrativo de Boa		
Vista do Cadeado RS sito Av. Cinco Irmãos № 1130, dia 27/01/2017	14:00h	

#### 1 - DO OBJETO:

A PRESENTE LICITAÇÃO VISA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE 01 ( UM ) TRATOR AGRICOLA NOVO PARA A PATRULHA AGRICOLA DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DO CADEADO, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO V, TERMO DE REFERENCIA DESTE EDITAL.

### 2 - DAS CONDIÇOES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

**2.1.** Poderão participar deste Pregão pessoas jurídicas que atenderem a todas as exigências estabelecidas neste Edital, e:



Departamento de Licitações e Compras

Criação: Lei nº 10.739, de 16/04/1996 – DOE nº 73, de 17/04/1996

Av. Cinco Irmãos 1130 – CEP: 98118-000

Fone: 0xx55 3643 1075

Fax:0 55 3505 9680

CNPJ:04.216.132/0001-06

- **2.1.1.** Não estejam suspensas de licitar ou impedidas de contratar com a Administração Pública em todas as esferas;
- **2.1.2.** Que não estejam sob processo de falência ou concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação judicial ou extrajudicial (declaração do órgão competente);
- 2.1.3. Nenhum representante poderá representar mais de uma empresa licitante;

#### 2.2. - DA PARTICIPAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

- **2.2.1.** As microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 72 da Lei Complementar 123/2006, e devido à necessidade de identificação pelo Pregoeiro e pela Equipe de apoio, deverão comprovar o enquadramento como "ME" ou "EPP".
- 2.2.2. O credenciamento do licitante como microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) somente será procedido pela Equipe de Apoio, se o interessado comprovar tal situação jurídica através de certidão da junta comercial ou declaração atualizada firmada por contador.
- **2.2.3.** A não comprovação de enquadramento da empresa como "ME" ou "EPP", significa renúncia expressa e consciente, desobrigando o Pregoeiro, dos benefícios da Lei Complementar 123/2006, aplicáveis ao presente certame.
- **2.2.4.** A responsabilidade pela declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte é única e exclusiva do licitante que, inclusive, se sujeita a todas as conseqüências legais que possam advir de um enquadramento falso ou errôneo.
- **2.2.5.** Nos termos dos artigos da Lei Complementar nº. 123/06, após a classificação final dos preços propostos, como critério de desempate, será dada preferência à contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, desde que o menor preço ofertado não seja de uma microempresa ou empresa de pequeno porte.
- **2.2.6.** O empate mencionado no item 2.2.5 será verificado na situação em que a proposta apresentada pela microempresa ou empresa de pequeno porte seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, ocasião na qual se procederá da seguinte forma:



Departamento de Licitações e Compras

Criação: Lei nº 10.739, de 16/04/1996 – DOE nº 73, de 17/04/1996

Av. Cinco Irmãos 1130 – CEP: 98118-000

Fone: 0xx55 3643 1075

Fax:0 55 3505 9680

CNPJ:04.216.132/0001-06

- **2.2.7.** A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, de acordo com o disposto no subitem 2.2.5, poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.
- **2.2.8.** Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem 2.2.5, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação definida no subitem 2.2.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
- **2.2.9.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- **2.2.10.** Na hipótese da não contratação nos termos previstos nos sub itens anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, na própria sessão pública, após verificação da documentação de habilitação.
- 2.2.11. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeitos de habilitação, conforme item 8 deste Edital, sob pena de inabilitação, ainda que essa apresente alguma restrição.
- **2.2.12.** Havendo alguma restrição na documentação para comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da declaração de vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, devendo a empresa interessada apresentar as respectivas certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa.
- **2.2.13.** A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem 2.2.12, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas deste Edital, sendo facultado à Administração convocar para nova sessão pública os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratação, ou revogar a licitação.

#### 3 - DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO:

Para fins de CREDENCIAMENTO neste Pregão, o licitante deverá apresentar dentro do ENVELOPE Nº 01, os documentos a seguir:



Departamento de Licitações e Compras

Criação: Lei nº 10.739, de 16/04/1996 – DOE nº 73, de 17/04/1996

Av. Cinco Irmãos 1130 – CEP: 98118-000

Fone: 0xx55 3643 1075

Fax:0 55 3505 9680

CNPJ:04.216.132/0001-06

### **3.2.** O credenciamento será efetuado da seguinte forma:

- a) se dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado da empresa proponente, deverá ser apresentada cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado; em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores; no caso de sociedade civil, inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício; em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame.
- b) se representante legal, deverá apresentar:
- b.1) instrumento público ou particular de procuração, com firma reconhecida POR AUTENTICIDADE, em que conste o nome da empresa outorgante, bem como de pessoas com poderes para a outorga de procuração, e, também, o nome do outorgado, constando ainda, a indicação de amplos poderes para dar lance(s) em licitação pública e;
- b.2) termo de credenciamento, (conforme modelo no ANEXO III deste edital) outorgado pelos representantes legais do licitante, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame. Em ambos os casos (b.1 ou b.2), deverá ser acompanhado do ato de investidura do outorgante como dirigente da empresa.
  - c) se empresa individual, o registro comercial, devidamente registrado.
  - d) cartão de inscrição no cadastro nacional de pessoas jurídica (CNPJ);
  - e) certidão da junta comercial, ou declaração atualizada firmada por contador, comprovando a situação jurídica, a fim da empresa se enquadrar a Lei Complementar 123/2006.
- f) Declaração do licitante dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação constantes no item 8 do edital, conforme ANEXO II.



Departamento de Licitações e Compras

Criação: Lei nº 10.739, de 16/04/1996 – DOE nº 73, de 17/04/1996

Av. Cinco Irmãos 1130 – CEP: 98118-000

Fone: 0xx55 3643 1075

Fax:0 55 3505 9680

CNPJ:04.216.132/0001-06

g)O representante da empresa licitante deverá apresentar cópia do documento de identificação com foto ( Carteira de Identidade, CNH, Carteira Militar ), autenticação do referido documento poderá ser feita em Tabelionato ou direto no Departamento de Licitações e Compras.

- **3.2.1.** É obrigatória a apresentação de documento de identidade para conferência pelo pregoeiro.
- **3.3.** Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar o credenciamento para o representante da empresa, a falta de qualquer uma delas invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.
- **3.4.** A presença do licitante ou representante legal não é obrigatória, porém, para exercer os direitos de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatória a presença da licitante ou de seu representante em todas as sessões públicas referentes à licitação.

<u>Obs:</u>Todos os documentos, exigidos no presente instrumento convocatório, poderão ser apresentados em original, ou cópias autenticadas ou cópias simples acompanhadas dos originais (que deverão ser apresentados à Comissão Permanente de Licitações para verificação da autenticidade das cópias e posterior devolução).

#### 4 - DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES:

**4.1.** Os interessados deverão entregar, no dia e local, fixados no preâmbulo deste Edital e no horário estipulado no Item 05, para a realização desta licitação, os seus envelopes contendo o **Credenciamento** (Envelope nº 01) a **Proposta de Preços** (Envelope nº 02) e os **Documentos de Habilitação** (Envelope nº 03) devidamente fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa os seguintes dizeres:

À Prefeitura Municipal de Boa Vista do Cadeado/RS Processo Licitatório Nº 2/2017 Edital Pregão Presencial N° 2/2017 Envelope n° 1 – CREDENCIAMENTO Nome do Proponente:

CNPJ:

OBS: Os documentos deverão estar no envelope em ordem sequencial.



Departamento de Licitações e Compras

Criação: Lei nº 10.739, de 16/04/1996 – DOE nº 73, de 17/04/1996

Av. Cinco Irmãos 1130 – CEP: 98118-000

Fone: 0xx55 3643 1075

Fax:0 55 3505 9680

CNPJ:04.216.132/0001-06

À Prefeitura Municipal de Boa Vista do Cadeado/RS Processo Licitatório Nº 2/2017

Edital Pregão Presencial N° 2/2017 Envelope n° 2 – PROPOSTA DE PREÇOS

Nome do Proponente:

**CNPJ:** 

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Cadeado/RS

Processo Licitatório Nº 2/2017

Edital Pregão Presencial N° 2/2017

Envelope n° 3 – DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

Nome do Proponente:

**CNPJ:** 

OBS: Os documentos deverão estar no envelope em ordem sequencial.

#### 5 – DA REALIZAÇÃO DO CERTAME E DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES:

- **5.1.** No dia, hora e local, mencionados no preâmbulo deste edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à sessão pública do pregão, o pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes, sendo envelope nº01 CREDENCIAMENTO, envelope nº 02 PROPOSTA DE PREÇO e n.º 03 DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO.
- **5.2.** Uma vez encerrado o prazo para a entrega dos envelopes acima referidos, não será aceita a participação de nenhum licitante retardatário.
- **5.3.** O Pregoeiro realizará o credenciamento dos interessados, os quais deverão comprovar por meio de instrumento próprio, poderes para formulação de ofertas e lances verbais e para a prática dos demais atos do certame.
- **5.4.** Toda a documentação será apensada ao presente processo licitatório sendo elaborada a ata de realização dos trabalhos com a descrição do certame.



Departamento de Licitações e Compras

Criação: Lei nº 10.739, de 16/04/1996 – DOE nº 73, de 17/04/1996

Av. Cinco Irmãos 1130 – CEP: 98118-000

Fone: 0xx55 3643 1075

Fax:0 55 3505 9680

CNPJ:04.216.132/0001-06

#### 6 – DA PROPOSTA DE PREÇO:

Para fins de PROPOSTA neste Pregão, o licitante deverá apresentar dentro do ENVELOPE № 02, a proposta como segue:

- **6.1** A proposta, deverá ser apresentada em papel timbrado, digitada e impressa, sem rasuras, ressalvas ou entrelinhas, redigidas em linguagem clara, sendo a última datada e assinada pelo representante legal da empresa, conforme o **MODELO DE PROPOSTA PADRÃO- ANEXO I** deste edital.
- a) No referido preço deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação; ou, ainda, despesas com transporte ou terceiros, que correrão por conta do licitante vencedor.
- b)Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes no preço até, no máximo, duas casas decimais após a vírgula.
- c)A proposta será julgada pelo menor preço, apurado após a etapa dos lances e de acordo com as especificações do produto.
- **6.2** O **prazo de validade da proposta** é de 60 (sessenta) dias, contados da data-limite prevista para entrega das propostas, conforme disposto no art. 64, parágrafo 3º, da Lei nº 8.666/93 e no art. 6º da Lei nº 10.520, de 17.07.2002.
- **6.3** A proposta de preços deverá ser orçada em valores vigentes à data de sua apresentação, que será considerada a data de referencia de preços.

#### 7 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

- **7.1.** Verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, na forma dos itens subseqüentes, até a proclamação do vencedor.
- **7.2.** Não havendo, pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecerem novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.



Departamento de Licitações e Compras

Criação: Lei nº 10.739, de 16/04/1996 – DOE nº 73, de 17/04/1996

Av. Cinco Irmãos 1130 – CEP: 98118-000

Fone: 0xx55 3643 1075

Fax:0 55 3505 9680

CNPJ:04.216.132/0001-06

- **7.3.** No curso da sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidados, individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor.
- **7.4.** Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.
- **7.5.** A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços, sendo admitida à disputa para toda a ordem de classificação.
- **7.6.** É vedada a oferta de lance com vista ao empate.
- 7.6.1 Será vedada ainda, a consulta a agentes externos ao certame, tal como a utilização de aparelho celular ou similar para obter valores nos lances, tendo em vista a celeridade do processo, onde esses expedientes tendem a retardar o procedimento.
- **7.7.** Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes no item 13 DAS PENALIDADES deste Edital.
- **7.8.** A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.
- **7.9.** Caso não se realize lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço unitário e o valor estimado para a contratação, podendo, o Pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.
- **7.10.** O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocados pelo Pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.
- **7.11.** Encerrada a etapa competitiva e ordenada às ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, comparando-o com os valores consignados em Planilha de Custos, decidindo, motivadamente, a respeito.



Departamento de Licitações e Compras

Criação: Lei nº 10.739, de 16/04/1996 – DOE nº 73, de 17/04/1996

Av. Cinco Irmãos 1130 – CEP: 98118-000

Fone: 0xx55 3643 1075

Fax:0 55 3505 9680

CNPJ:04.216.132/0001-06

**7.12.** A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis. Será declarado vencedor o licitante que apresentar a proposta de acordo com as especificações deste edital, com o preço de mercado e ofertar o menor preço unitário.

#### 7.13. Serão desclassificadas:

- a) as propostas que não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação; as que contiverem opções de preços alternativos; as que forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas, ou que se oponham a qualquer dispositivo legal vigente, bem como as que não atenderem aos requisitos do ITEM 6;
  - b) as propostas que apresentarem preços manifestamente inexegüíveis;
  - c) as propostas que não apresentem as especificações exigidas.
- **7.14.** Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.
- **7.15.** Da sessão pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para habilitação e dos recursos interpostos.
- **7.16.** A Sessão Pública não será suspensa, salvo motivo excepcional, devendo todas e quaisquer informações acerca do objeto ser esclarecidas previamente junto ao Setor de Licitações deste Município, conforme subitem 14.1 deste Edital.
- **7.17.** Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, os licitantes presentes.

#### 8 - DA HABILITAÇÃO:

Para fins de habilitação neste Pregão, o licitante deverá apresentar dentro do ENVELOPE № 03, os documentos de habilitação a seguir.

a) a Fazenda Federal (consistindo em Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativa Tributos Federais e à Dívida Ativa da União); abrangendo inclusive as contribuições sociais;



Departamento de Licitações e Compras

Criação: Lei nº 10.739, de 16/04/1996 – DOE nº 73, de 17/04/1996

Av. Cinco Irmãos 1130 – CEP: 98118-000

Fone: 0xx55 3643 1075

Fax:0 55 3505 9680

CNPJ:04.216.132/0001-06

- b) a Fazenda Estadual (Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Tributos Estaduais);
- c) a Fazenda Municipal (Certidão Negativa de Débitos Municipais) do domicílio ou sede do licitante, com data de expedição não superior a 90 (noventa) dias da data de abertura desta licitação, se outro prazo não constar dos documentos;
- d) o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS (CRF)
- e) a Justiça do Trabalho (CNDT Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas).
- f) Declaração de que não está descumprindo o disposto no art. 7°, inciso XXXIII, da Constituição Federal, assinada pelo representante legal da licitante, conforme ANEXO V.
- g) Certidão negativa de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, com data de expedição não superior a 90 (noventa) dias, contados da data de apresentação da proposta.
- **8.1.** O envelope de documentação deste pregão que não for aberto ficará em poder do pregoeiro pelo prazo de 10 (dez) dias, a partir da homologação da licitação, devendo o licitante retirá-lo, após aquele período, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de inutilização do envelope.

Obs.: Todos os documentos, exigidos no presente instrumento convocatório, poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião, ou servidor da Prefeitura de Boa Vista do Cadeado, ou ainda publicação em órgão da imprensa oficial, ficando aqueles obtidos por meio da Internet dispensados de autenticação e sujeitos a sua verificação.

#### 9 - DA ADJUDICAÇÃO:

**9.1.** Em caso de desatendimento às exigências habilita tórias, o Pregoeiro inabilitará a licitante e examinará as ofertas subsequentes e qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, ocasião em que o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.



Departamento de Licitações e Compras

Criação: Lei nº 10.739, de 16/04/1996 – DOE nº 73, de 17/04/1996

Av. Cinco Irmãos 1130 – CEP: 98118-000

Fone: 0xx55 3643 1075

Fax:0 55 3505 9680

CNPJ:04.216.132/0001-06

- **9.2.** Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro proclamará a vencedora, proporcionando, a seguir, a oportunidade aos licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta dessa manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte do licitante. Constará na ata da Sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todas os demais licitantes ficaram intimados para, querendo, manifestarem-se sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias úteis, após o término do prazo da recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo.
- **9.3.** Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, o licitante detentor da melhor proposta será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

#### 10 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

- **10.1.** Tendo o licitante manifestado motivadamente a intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão, terá ele o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões de recurso.
- **10.2.** Os demais licitantes, já intimados na Sessão Pública supracitada, terão o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentarem as contra-razoeis, que começará a correr do término do prazo da recorrente.
- **10.3.** A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.
- **10.4.** As razões e contra-razoeis do recurso deverão ser encaminhadas, por escrito, ao Pregoeiro, no endereço mencionado no preâmbulo deste Edital.
- **10.5.** A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso.
- **10.6.** Não serão aceitos como recursos as alegações e memoriais que não se relacionem às razões indicadas pelo licitante na sessão pública;
- 10.7. O recurso contra decisão do pregoeiro não terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.



Departamento de Licitações e Compras

Criação: Lei nº 10.739, de 16/04/1996 – DOE nº 73, de 17/04/1996

Av. Cinco Irmãos 1130 – CEP: 98118-000

Fone: 0xx55 3643 1075

Fax:0 55 3505 9680

CNPJ:04.216.132/0001-06

### 11 - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

- **11.1.** O objeto desta licitação deverá entregue, no prazo máximo de até **30** dias contados do recebimento da nota de empenho, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto do contrato.
- **11.2.** A licitante vencedora deverá entregar o equipamento acompanhado de seus manuais ou catálogos de operação, podendo ser original ou cópia reprográfica em língua portuguesa.
- **11.3.** A entrega do equipamento fora do estabelecido no edital, será imediatamente notificada a licitante vencedora que ficará obrigada a substituí-lo, o que fará prontamente, ficando entendido que correrão por sua conta e risco tal substituição, sendo aplicadas também as sanções previstas neste edital.
- **11.4.** A licitante vencedora deverá manter atualizados, durante o período de garantia e assistência técnica, telefone, endereço, devendo comunicar a Secretaria Municipal de Agricultura, qualquer alteração de dados.

#### 12 - DO PAGAMENTO E DO PRAZO:

- **12.1.** O pagamento será feito mediante crédito em conta corrente em nome da Contratada mediante apresentação da Nota Fiscal emitida pelo fornecedor que deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do Pregão, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.
- **12.2** A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante celebração de termo de contrato, cuja minuta integra este edital como Anexo V com duração de **01 ANO**, contados da data de sua assinatura sendo este o prazo para garantia.

### 12.3- DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO:

As despesas decorrentes ocorrerão à conta do seguinte recurso orçamentário:

Despesa: 1110 - Aquisição de equipamentos e material permanente pa

Órgão: 6 - Sec Mun da Agricultura, Pecuaria e Desnv Rural

Unidade: 2 - Fundo Municipal Agropecuario



Departamento de Licitações e Compras

Criação: Lei nº 10.739, de 16/04/1996 – DOE nº 73, de 17/04/1996

Av. Cinco Irmãos 1130 – CEP: 98118-000

Fone: 0xx55 3643 1075

Fax:0 55 3505 9680

CNPJ:04.216.132/0001-06

Função: 20 - Agricultura

Subfunção: 608 - Promoção da Produção Agropecuária

Programa: 126 - Patrulha Agricola Proxima do Produtor

Projeto/Atividade: 1.036 - Aquisição de equipamentos e material

permanente pa

Elemento: 44905240000000 - Equipamentos e Material Permanete

Recurso: 1087 - Programa Minist Agricultura Aqui. de Patrulha Me

#### 13 - DAS PENALIDADES:

- **13.1.** A recusa pelo fornecedor em entregar o material adjudicado acarretará a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da proposta.
- **13.2.** O atraso que exceder ao prazo fixado para a entrega, acarretará a multa de 0,5 (zero vírgula cinco por cento), por dia de atraso, limitado ao máximo de 10% (dez por cento), sobre o valor total que lhe foi adjudicado.
- **13.3.** O não cumprimento de obrigação acessória sujeitará o fornecedor à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da obrigação.
- **13.4.** Nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520, de 17-07-2002, o licitante, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciado do Cadastro do Município, nos casos de:
  - a) ausência de entrega de documentação exigida para habilitação;
  - b) apresentação de documentação falsa para participação no certame;
  - c) retardamento da execução do certame, por conduta reprovável;
  - d) não manutenção da proposta escrita ou lance verbal, após a adjudicação;
  - e) comportamento inidôneo;
  - f) cometimento de fraude fiscal;
  - g) fraudar a execução do contrato;
  - h) falhar na execução do contrato.



Departamento de Licitações e Compras

Criação: Lei nº 10.739, de 16/04/1996 – DOE nº 73, de 17/04/1996

Av. Cinco Irmãos 1130 – CEP: 98118-000

Fone: 0xx55 3643 1075

Fax:0 55 3505 9680

CNPJ:04.216.132/0001-06

- **13.5.** Na aplicação das penalidades prevista no Edital, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes do licitante ou contratado, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.
- **13.6.** As penalidades serão registradas no cadastro do contratado, quando for o caso.
- **13.7.** Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

#### 14 - IMPUGNAÇÃO AO EDITAL.

- **14.1.** Decairá do direito de impugnação dos termos do edital de Pregão, perante o Setor de Licitações, aquele que não se manifestar até 02 (dois) dias úteis antes da data de abertura da sessão do pregão, apontando as falhas e irregularidade que o viciaram;
- **14.2.** A apresentação de impugnação, após o prazo estipulado no subitem anterior, não a caracterizará como recurso, recebendo tratamento como mera informação.

#### 15 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

- **15.1.** Quaisquer informações ou dúvidas decorrentes de interpretação do Edital ou sobre procedimentos, entrar em contato **com a Pregoeira Substituta Katieli Dalla Costa** pelo email <a href="mailto:compras201330@gmail.com">compras201330@gmail.com</a>
- **15.2.** Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas com relação ao presente Pregão encontrar-se-ão à disposição de todos os interessados no Departamento de Licitações e no Site do Município de Boa Vista do Cadeado RS.
- **15.3.** Ocorrendo à decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, todas as datas constantes deste Edital serão transferidas, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subseqüentes aos ora fixados.
- 15.4. O proponente que vier a ser contratado ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário, por conveniência do



Departamento de Licitações e Compras

Criação: Lei nº 10.739, de 16/04/1996 – DOE nº 73, de 17/04/1996

Av. Cinco Irmãos 1130 – CEP: 98118-000

Fone: 0xx55 3643 1075

Fax:0 55 3505 9680

Fax:0 55 3505 9680 CNPJ:04.216.132/0001-06

Município de Boa Vista do Cadeado, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei nº 8666/93, sobre o valor inicial contratado.

**15.5.** Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo

decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

**15.6.** A Administração poderá revogar a licitação por interesse pública, devendo anulá-la por

ilegalidade, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizar (art. 49 da Lei Federal

nº 8666/93).

15.7. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da

disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não

comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

**15.8.** A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá

ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro (a).

15.9. São anexos deste Edital:

ANEXO I – Modelo de proposta padrão;

ANEXO II - Modelo de Declaração de atendimento aos requisitos de habilitação;

**ANEXO** III - Credenciamento;

ANEXO IV- Modelo de Declaração de menores

ANEXO V - Termo Referencia

**ANEXO VI-** Minuta Contratual



Departamento de Licitações e Compras

Criação: Lei nº 10.739, de 16/04/1996 – DOE nº 73, de 17/04/1996

Av. Cinco Irmãos 1130 – CEP: 98118-000

Fone: 0xx55 3643 1075

Fax:0 55 3505 9680

CNPJ:04.216.132/0001-06

**15.10.** Fica eleito, de comum acordo entre as partes, o Foro da Comarca de Cruz Alta RS, para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Boa Vista do Cadeado/RS, 12 de Janeiro de 2017.

Fabio Mayer Barasuol Prefeito Municipal

Este edital se encontra examinado e aprovado em seus requisitos formais pelo Procurador Jurídico.

\_\_\_\_/\_\_\_/2017.

Rodrigo Mastella S. da Silva
OAB/RS 83.693



Assinatura do Licitante Proponente

CNPJ:

### Prefeitura Municipal de Boa Vista do Cadeado

Departamento de Licitações e Compras

Criação: Lei nº 10.739, de 16/04/1996 – DOE nº 73, de 17/04/1996

Av. Cinco Irmãos 1130 – CEP: 98118-000

Fone: 0xx55 3643 1075

Fax:0 55 3505 9680

CNPJ:04.216.132/0001-06

#### ANEXO I

#### ANEXO I - MODELO PADRONIZADO DE PROPOSTA - EDITAL 2/2017

PREGAO PRESENCIAL Nº 2/2016 PROCESSO LICITATÓRIO N.º 2/2017. UNIDADE SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e senvolvimento Rural. Ao Departamento de Licitações e Compras IEMPRESA: CNPJ: INCR. EST.: ENDEREÇO: CIDADE:\_ ESTADO: RS. TELEFONE DE CONTATO: \_\_\_\_-\_\_\_ e-mail: Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias. Pela presente, encaminhamos ao Município de Boa Vista do Cadeado RS, proposta referente a licitação em epígrafe, que tem por objeto a Aquisição de 01 ( Um ) trator Agrícola Novo tinado a Patrulha Agrícola do Município de Boa Vista do Cadeado RS, conforme os seguintes ıs: Item Quantidade Unid. Valor Especificação UN Aquisição de 01 (Um) trator agricola Zero KM, tração 4x4, motor diesel com tomada de força independente, direção hidráulica/hidrostática, capacidade mínima de 85 CV, com toldo de proteção, paralamas dianteiro, comando hidráulico, enagate 3º ponto, comando duplo, possuindo pesos dianteiros e traseiros, ano/modelo2016, garantia de 12 meses e assistência técnica de no máximo 70 KM de distancia do Município de Boa Vista do Cadeado RS. Declaramos que a cotação para realização dos servicos incluem toda e qualquer despesa, impostos, taxas, contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais que eventualmente incidam sobre a entrega do Equipamento, ou ainda despesas com transporte ou terceiros e, conforme a solicitação da Secretaria demandante. \_\_\_\_\_- RS, \_\_\_\_\_de \_\_\_\_\_\_de 2017.

Carimbo com o nº do



Departamento de Licitações e Compras Criação: Lei nº 10.739, de 16/04/1996 – DOE nº 73, de 17/04/1996 Av. Cinco Irmãos 1130 – CEP: 98118-000 Fone: 0xx55 3643 1075 Fax:0 55 3505 9680 CNPJ:04.216.132/0001-06

**ANEXO II** 

### PROCESSO LICITATÓRIO № 2/2017 PREGÃO PRESENCIAL № 2/2017

AO PREGOEIRO DO MUNICIPIO **DE BOA VISTA DO CADEADO- RS** 

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, DE QUE NÃO ESTÁ TEMPORARIAMENTE SUSPENSA DE PARTICIPAR EM LICITAÇÃO E IMPEDIDA DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO E DE QUE NÃO FOI DECLARADA INIDÔNEA PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

Declaro/amos, sob as	penas da Lei, que (nome da licitante), CNPJ
nº	, cumpre plenamente todos os requisitos e exigências de
habilitação da licitação	Município de Boa Vista do Cadeado/RS, Pregão Presencial nº 2/2017.
impedida de contratar	n não estar temporariamente suspensa de participar em licitação e com a Administração, bem como não ter sido declarada inidônea para a Administração Pública.
	DE DE 2017.
	Assinatura do representante legal da licitante Nome do representante legal da licitante.



Departamento de Licitações e Compras

Criação: Lei nº 10.739, de 16/04/1996 – DOE nº 73, de 17/04/1996

Av. Cinco Irmãos 1130 – CEP: 98118-000

Fone: 0xx55 3643 1075

Fax:0 55 3505 9680

CNPJ:04.216.132/0001-06

**ANEXO III** 

# PROCESSO LICITATÓRIO № 2/2017 PREGÃO PRESENCIAL № 2/2017

AO
PREGOEIRO DO MUNICIPIO
DE BOA VISTA DO CADEADO- RS

#### **CREDENCIAMENTO**

Através (	do preser	nte, crede	nciamo	os o(a) Sr.(a)		, r	orta	dor(a) da
cédula de identidade r	าº			e do CPF n	<u></u>			, Cargo
	a partio	ipar da lid	citação	instaurada pe	o Mur	nicípio de	e	
na modalidade de <b>Preg</b>	ão Prese	ncial, sob	o nº	<b>2/2017</b> , na qu	alidad	e de <i>RE</i>	PRES	ENTANTE
<i>LEGAL</i> , outorgando-lhe	plenos	poderes	para	pronunciar-se	e em	nome	da	empresa
						CNPJ		nº
		, b	em coi	mo formular p	ropost	as e pra	iticar	todos os
demais atos inerentes ao	certame.							
							Loc	cal e data.
			·	/-> -l				
	Assinatur	a do(s) dir	igente	(s) da empresa				



Departamento de Licitações e Compras

Criação: Lei nº 10.739, de 16/04/1996 – DOE nº 73, de 17/04/1996

Av. Cinco Irmãos 1130 – CEP: 98118-000

Fone: 0xx55 3643 1075

Fax:0 55 3505 9680

CNPJ:04.216.132/0001-06

#### **ANEXO IV**

### PROCESSO LICITATÓRIO № 2/2017 PREGÃO PRESENCIAL № 2/2017

AO
PREGOEIRO DO MUNICIPIO
DE BOA VISTA DO CADEADO- RS

### DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO ARTIGO 7º, XXXIII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

	Declaro/amos,	sob	as	pena	s da	Lei	,	que
				_ (nome	da lic	itante),	CNPJ	nº
	, não de	esenvolve	trabalho	noturno,	perigoso	ou insa	lubre	com
pessoas menores de	dezoito anos,	nem des	envolve	qualquer	trabalho	com m	enores	s de
dezesseis anos, salvo n	a condição de	aprendiz,	a partir d	de quatorz	e anos, e	m cumpr	iment	o do
disposto no artigo 7º, X	(XXIII, da Consti	tuição Fed	deral.					
	Boa Vista o	do Cadead	o RS,	de			_ de 2	017.
	Assinatura de		tanta la	tal da licita				
	Assinatura do	o represer	itante leg	gai ua iicita	iiite			
	Nome do r	epresenta	nte legal	da licitant	:e			



Departamento de Licitações e Compras

Criação: Lei nº 10.739, de 16/04/1996 – DOE nº 73, de 17/04/1996

Av. Cinco Irmãos 1130 – CEP: 98118-000

Fone: 0xx55 3643 1075

Fax:0 55 3505 9680

CNPJ:04.216.132/0001-06

#### ANEXO V

### TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2017

Aquisição de 01 ( UM ) trator Agrícola Novo para a Patrulha Agrícola do Município de Boa Vista do Cadeado RS, atendendo a solicitação da Secretaria demandante conforme as especificações a seguir e demais requisitos estabelecidos no presente edital.

Item	Quantidade	Unid.	Valor Máximo	Especificação
1	01	UN	R\$ 108,000.00	Aquisição de 01 ( Um ) trator agrícola Zero KM, tração 4x4, motor diesel com tomada de força independente, direção hidráulica/hidrostática, capacidade mínima de 85 CV, com toldo de proteção, paralamas dianteiro, comando hidráulico, enagate 3º ponto, comando duplo, possuindo pesos dianteiros e traseiros, ano/modelo2016, garantia de 12 meses e assistência técnica de no máximo 70 KM de distancia do Município de Boa Vista do Cadeado RS.

Fica fixado o Valor máximo aceito pela municipalidade conforme o valor constantes neste Termo de referencia, ficando vedado o fornecimento de outros produtos com valores equivalentes ao objeto licitado.

A empresa que sagrar-se vencedora deverá realizar a entrega do Objeto desta licitação no Parque de Máquinas do Município de Boa Vista do Cadeado RS.



Departamento de Licitações e Compras

Criação: Lei nº 10.739, de 16/04/1996 – DOE nº 73, de 17/04/1996

Av. Cinco Irmãos 1130 – CEP: 98118-000

Fone: 0xx55 3643 1075

Fax:0 55 3505 9680

CNPJ:04.216.132/0001-06

**ANEXO VI** 

# PROCESSO LICITATÓRIO № 2/2017 PREGÃO PRESENCIAL № 2/2017 MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO N° ...., PROCESSO LICITATÓRIO № 2/2017, PREGÃO PRESENCIAL № 2/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE BOA VISTA DO CADEADO RS E A EMPRESA ..... NA FORMA QUE SEGUE:

Contrato celebrado entre o Município de Boa Vista do Cadeado, pessoa jurídica de Direito Publico interno com o CNPJ. 04.216.132/0001-06 sito a Av. Cinco Irmãos, n°. 1130, representado neste ato representado pelo Sr. FABIO MAYER BARASUOL, Prefeito Municipal, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua Dr. João Raimundo, N°. 200, inscrito no CPF/812.881.070-72 RG/6068041703, de ora em diante denominado apenas como **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa .... (DADOS DA EMPRESA E SEU REPRESENTNTE ), doravante simplesmente denominada **CONTRATADA**, declaram por este instrumento e na melhor forma de direito, terem justos e acertados entre si o presente contrato que reger-se-á pelas cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A PRESENTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE 01 ( UM ) TRATOR AGRICOLA NOVO PARA A PATRULHA AGRICOLA DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DO CADEADO RS, COM ASSISTENCIA TÉCNICA DE ATÉ 70 KM DE DISTANCIA DO MUNICÍPIO.

### CLÁUSULA SEGUNDA: DO PREÇO E PAGAMENTO:

O valor a ser pago referente a este contrato será de R\$..... ( ), pela aquisição do objeto descrito na clausula anterior.

O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 05 dias úteis com apresentação da respectiva nota fiscal, sendo que o referido pagamento será feito através de deposito bancário em favor da contratada na AGENCIA:...., CONTA CORRENTE... BANCO... podendo ser deduzido os encargos legais.



Departamento de Licitações e Compras

Criação: Lei nº 10.739, de 16/04/1996 – DOE nº 73, de 17/04/1996

Av. Cinco Irmãos 1130 – CEP: 98118-000

Fone: 0xx55 3643 1075

Fax:0 55 3505 9680

CNPJ:04.216.132/0001-06

#### CLÁUSULA TERCEIRA: DO PRAZO:

A Contratada terá o prazo de **30 (TRINTA) dias** contados a partir do recebimento da Nota de empenho, para a entrega do objeto do edital tendo como local o parque de Maquinas da Prefeitura Municipal. Sendo que a empresa fornecerá garantia para o objeto licitado de 01 (um) ano contados a partir de sua entrega.

#### CLÁUSULA QUARTA: DAS MULTAS:

A CONTRATADA incorrerá de multa no valor de 0,5% (zero virgula cinco por cento), sobre o valor total do contrato, por cada dia de atraso na entrega dos Equipamentos, considerando o prazo total estabelecido. Se dentro do prazo de 10 (dias) decorridos de multa, o licitante vencedor não entregar os Equipamentos, a administração convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para virem entregá-lo, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quando aos preços, ou então revogará a Licitação, sem prejuízo da aplicação de pena de multa, no valor correspondente a 10% do valor cotado na proposta financeira para a venda do objeto da Licitação e mais a pena citada no artigo 87, inciso III, da lei 8.666/93.

### CLÁUSULA QUINTA: DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO:

As despesas decorrentes do presente contrato ocorrerão à conta do seguinte recurso orçamentário:

```
Despesa: 1110 - Aquisição de equipamentos e material permanente pa
Órgão: 6 - Sec Mun da Agricultura, Pecuaria e Desnv Rural

Unidade: 2 - Fundo Municipal Agropecuario

Função: 20 - Agricultura

Subfunção: 608 - Promoção da Produção Agropecuária

Programa: 126 - Patrulha Agricola Proxima do Produtor

Projeto/Atividade: 1.036 - Aquisição de equipamentos e material permanente pa

Elemento: 44905240000000 - Equipamentos e Material Permanete

Recurso: 1087 - Programa Minist Agricultura Aqui. de Patrulha Me
```

#### CLÁUSULA SEXTA: DAS GARANTIAS:

A CONTRATADA compromete-se a entregar o objeto da presente licitação, em conformidade com o processo Licitatório Modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº



Departamento de Licitações e Compras

Criação: Lei nº 10.739, de 16/04/1996 – DOE nº 73, de 17/04/1996

Av. Cinco Irmãos 1130 – CEP: 98118-000

Fone: 0xx55 3643 1075

Fax:0 55 3505 9680

CNPJ:04.216.132/0001-06

**2/2017** e lei Federal 10.520/2002 e Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, bem como a proposta apresentada, cujas condições integrarão o contrato.

A FORNECEDORA, sem prejuízo de sua responsabilidade, comunicará por escrito, à CONTRATANTE, qualquer anormalidade eventualmente ocorrida na fabricação ou transporte do material, que possa comprometer a sua qualidade. A empresa contratada deverá dar garantia do objeto período de 12 ( DOZE ) meses a contar da data de sua efetiva entrega, contra qualquer defeito de Fabricação, desde que devidamente comprovado, excetuando-se os que possam ocorrer devido a acidentes e/ou operação imprópria, verificando-se através de laudo técnico elaborado por perito devidamente qualificado, escolhido de comum acordo entre os contratantes.

### CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESCISÃO:

- O Contratante poderá dar por rescindido este instrumento, administrativamente, independentemente de interpelação judicial nos seguintes casos:
  - a) Razões de relevante interesse público a juízo do Contratante;
  - b) Falta de cumprimento de cláusulas contratuais;

### CLÁUSULA OITAVA: DA INEXECUÇÃO:

Em caso de inexecução total ou parcial, os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa. (Art. 78 da Lei 8.666/93).

### CLÁUSULA NONA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

A Contratada declara aceitar todas as condições e exigência do presente contrato. Fica designado pela Administração Municipal o Servidor Paulo Cesar da Silva Keitel, nomeado pela portaria Nº 279/2015 para exercer a fiscalização deste instrumento contratual com base na Lei 8.666/93.

A Contratada isenta o contratante de indenizações de qualquer espécie decorrentes do presente contrato.

O Equipamento fornecido bem como as condições e garantias técnicas deverão satisfazer as normas da Contratante e as especificações constantes no Edital do referente processo licitatório, sendo que a contratada deverá fornecer assistência técnica com distância máxima de 70 km do município de Boa Vista do Cadeado/RS.

Necessitando, a fornecedora de serviços de terceiros para o cumprimento de que lhe é incumbida, será de sua única e exclusiva responsabilidade, ficando ressalvada a



Departamento de Licitações e Compras

Criação: Lei nº 10.739, de 16/04/1996 – DOE nº 73, de 17/04/1996

Av. Cinco Irmãos 1130 – CEP: 98118-000

Fone: 0xx55 3643 1075

Fax:0 55 3505 9680

CNPJ:04.216.132/0001-06

inexistência de qualquer vínculo entre a contratante e estes, respondendo a Contratada por todos os ônus trabalhistas, previdenciários e/ou fiscais oriundos desta relação.

### CLÁUSULA DÉCIMA: DO FORO

Para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente contrato, elegem as partes o Foro da Comarca de Cruz Alta- RS, com renuncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem justos e de pleno acordo, para firmeza e validade do que foi estipulado em todas as cláusulas e condições firmam o presente instrumento em três (03) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal e jurídico, que depois de lido e achado conforme, vai ser assinado pelas partes.

	Boa Vista do Cadeado RS, de de 2017
PREFEITO MUNICIPAL FABIO MAYER BARASUOL CONTRATANTE	CONTRATADO
Rodrigo Mastella Sampaio da Silva  OAB-RS 83693 Procurador Jurídico	